

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ ARCOVERDE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 32.354.011/0001-66, com sede na Rua Sargento Vitor Hugo, n. 161, bairro de Fátima, Valença-RJ, CEP: 27603-086, mantenedora do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, neste ato representada pelo seu Representante Legal Sr. José Rogério Moura de Almeida Neto, brasileiro, casado, Diretor Executivo, portador(a) da Carteira de Identidade sob nº 126282912, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 095.177.327-59.

CONTRATADA: DRÄGER DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.185.922/0001-05, com sede Alameda Pucuruí, 59 – Tamboré - 06460-100 – Barueri – SP, que possui como Representante Legal PEDRO SCHNEIDER, RG: 18.784.645-5 SSP/SP e CPF: 170.874.138-05, com e-mail eletrônico pedro.schneider@draeger.com e a Sra. CAROLINA SINISCALCHI, RG: 15.498.62 SSP/SP e CPF nº: 089.514.507-32, com endereço eletrônico: carolina.siniscalchi@draeger.com, conforme procuração em anexo.

As partes acima qualificadas têm entre si, justo e acordado, que o presente Contrato de Compra e Venda será regido consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento, a aquisição do(s) equipamento(s)/material(s) previsto(s) no **Anexo I** do Edital de COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS - DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA Edital nº **01.961665/2025**, vinculada ao Convênio nº **961665/2024**, conforme descritivo abaixo:

| QUANTIDADE | ITEM | VALOR UNITÁRIO |
|-------------------|--------------------|----------------|
| 01 | APARELHO ANESTESIA | R\$ 142.921,00 |
| VALOR DO CONTRATO | | R\$ 142.921,00 |

1.2. A **CONTRATADA** declara, para todos os fins de direito, que o(s) equipamento(s)/material(s) necessários, estão regularmente registrados na ANVISA.

1.3 O(s) item(s) será(ão) entregue(s) no endereço e no prazo previstos no Edital, correndo por conta da **CONTRATADA** todas e quaisquer despesas necessárias para a entrega do objeto, tais como fretes, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos incidentes, bem como aqueles decorrentes de marca, registro e patente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Pelo presente instrumento, o **CONTRATANTE** se obriga a:

I - Inspecionar e testar o(s) item(s) para confirmar se eles atendem aos requisitos do Contrato e das especificações técnicas que compõem a proposta, de acordo com o Edital;

II - Vetar o emprego de qualquer produto e/ou material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da **CONTRATADA**, que possa ser inadequado, nocivo



ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde;

III - Receber ou rejeitar motivadamente, no todo ou em parte, o objeto contratado;

IV - Atestar as Notas Fiscais após o recebimento definitivo dos o(s) equipamento(s)/material(s) objeto do presente Contrato;

V - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**;

VI - Aplicar as sanções administrativas, regulamentares e contratuais cabíveis, em sendo o caso.

2.2. Pelo presente instrumento, a **CONTRATADA** se obriga a:

I - Entregar o(s) item(s) objeto deste Contrato de acordo com as especificações constantes de sua proposta, observadas as especificações mínimas previstas no Edital de COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS - DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA e dentro prazo estabelecido, às suas expensas;

II - Executar os testes de segurança especificados nos manuais técnicos do equipamento/material;

III - Manter, durante a execução do presente Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados, certificados e qualificados para prestação dos serviços de garantia de funcionamento e assistência técnica;

IV - Dispor de assistência técnica local para prestação dos serviços de garantia de funcionamento e assistência técnica, assim como de todas as ferramentas e instrumentos, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**;

V - Apresentar, no ato da entrega do(s) o(s) equipamento(s)/material(s), a descrição detalhada dos Programas de Treinamento e Capacitação aos colaboradores designados pela administração do **CONTRATANTE**, cuja carga horária deverá ser compatível com a complexidade das informações a serem repassadas aos profissionais;

VI - Designar preposto para representar a **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE**, o qual deve responder pela fiel execução deste Contrato, bem como comparecer às dependências do **CONTRATANTE** sempre que convocado, além de informar os meios de comunicação disponíveis para a recepção dos Chamados Técnicos (fax, telefone, e-mail, rádio-chamada, endereço, etc.);

VII - Fornecer as ferramentas necessárias para manutenção do bem fornecido, assim como manuais detalhados de operação e manutenção, no idioma português;

VIII - Executar Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo peças de reposição dos bens fornecidos e materiais de consumo e limpeza para a execução dos serviços, pelo período de garantia;

IX - Fornecer todas as peças que necessitem de substituição em decorrência de defeitos de fabricação, desgaste ou consumo, sob condição normal de uso, durante o período de operação sob garantia, estipulado nas Especificações Técnicas, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

X - Atender prontamente quaisquer solicitações e exigências do **CONTRATANTE**, inerentes à execução do objeto contratual;

XI - Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização do Contrato pelo **CONTRATANTE**;

XII - Reparar quaisquer danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da **CONTRATADA**, esta pagará ao **CONTRATANTE** o valor correspondente, de acordo com instruções fornecidas pelo **CONTRATANTE**.;

XIII - Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando

em serviço nas dependências do **CONTRATANTE**;

XIV - Arcar com o ônus de pagamento de todos os tributos, licenças e outros encargos decorrentes do presente Contrato, inclusive fora do Brasil (caso a **CONTRATADA** seja empresa estrangeira), até que o(s) equipamento(s)/material(s) contratado(s) seja(m) entregue(s) ao **CONTRATANTE**;

XV - Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução dos serviços de garantia de funcionamento e assistência técnica, assim como encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos e suas majorações, traslados, alimentação, acomodações, etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho;

XVI - Fornecer todos os materiais, incluindo peças a serem substituídas, obrigatoriamente, originais, do fabricante, salvo se houver manifestação expressa em contrário por parte do **CONTRATANTE**, quando então poderão ser admitidas peças reconcondicionadas;

XVII - Fornecer, após previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**, as peças e materiais necessários ao funcionamento adequado do equipamento objeto do Contrato para posterior ressarcimento pelo **CONTRATANTE**, nos casos dispostos neste Contrato.

XVIII - Substituir os produtos rejeitados ou os que apresentarem defeitos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

XIX - Responsabilizar-se pelo transporte, descarte, manuseio e armazenamento de quaisquer partes, peças e equipamentos (defeituosos ou não) que forem trocados, desde a sua substituição, ou a trocar, até a sua efetivação, em obediência à legislação vigente no País, principalmente aqueles referentes à proteção radiológica;

XX - Manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições de habilitação apresentadas durante o certame.

§1º A **CONTRATADA** não poderá, sem prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE**, dar informações sobre o conteúdo do presente Contrato, ou qualquer provisão, especificação, norma, esquema, desenho, padrão, amostra ou informação fornecida pelo **CONTRATANTE** ou por quem o represente, a qualquer pessoa que não esteja vinculada à execução do Contrato, sob pena de responsabilização cível e criminal.

§2º A **CONTRATADA** se responsabilizará por toda e qualquer reclamação de terceiros por infração a direitos relativos a patentes, marcas registradas ou desenhos industriais com respeito ao uso dos bens, ou de suas partes, incluindo os honorários de advogados e demais despesas eventualmente realizadas pelo **CONTRATANTE** para defesa de seus direitos.

§3º A **CONTRATADA** ou outra Instituição contratada por ela para essa finalidade, será responsável pela qualidade dos materiais e serviços fornecidos, inclusive pela execução das adequações necessárias, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 A presente contratação obedecerá ao previsto no presente Instrumento, bem como às obrigações assumidas por meio dos documentos abaixo relacionados, independentemente da transcrição destes, os quais integram e complementam as disposições deste Instrumento:

I - Edital de COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS - DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA;

II - Propostas de Preço, inclusive especificação detalhada do item ofertado e demais documentos apresentados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - DA COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS

4.1 A aquisição do(s) item(s) foi objeto do Edital de COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS - DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA, na forma do Decreto nº 11.531/2023, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 033/2023 e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECURSO FINANCEIRO

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Convênio especificado na Cláusula Primeira, do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 Será pago à **CONTRATADA** o preço descrito na Cláusula Primeira, do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo do(s) item(ns) e aceite/recebimento da correspondente Nota Fiscal, desde que o processo esteja em conformidade com o previsto na Proposta e no presente Edital, observado o repasse da verba pelo Ministério da Saúde.

7.2 O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária de Transferência Voluntária, (OBTV), em Banco, agência e conta-corrente discriminada no corpo da Nota Fiscal emitida pela **CONTRATADA**.

7.3 O pagamento somente será efetuado à **CONTRATADA** se efetivado o repasse do recurso pelo Ministério da Saúde ao **CONTRATANTE**. Caso haja atraso nesse repasse, o prazo de pagamento será automaticamente prorrogado.

7.4 A Nota Fiscal de venda será emitida em nome do **CONTRATANTE**, em conformidade com a seção 8 do Edital de COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS - DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA.

7.5 Caso a **CONTRATADA** não entregue o(s) item(s) no prazo determinado, sujeitar-se-á às penalidades e sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

7.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tanto e desde que o **CONTRATANTE** tenha recebido o recurso do Ministério da Saúde, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento do pagamento, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor a ser pago;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438 TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$.

CLÁUSULA OITAVA - DO TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO/MATERIAL

8.1 O transporte do(s) item(s) é de total responsabilidade da **CONTRATADA**, devendo esta arcar com todos os custos dele decorrentes.

8.2 É de responsabilidade da **CONTRATADA** a condução de todo o processo de transporte do(s) item(s) e o fornecimento de toda a documentação pertinente.

8.3 A **CONTRATADA** se responsabiliza integralmente por quaisquer avarias, riscos, violações e

eventuais problemas ocorridos durante o transporte do equipamento/material até sua efetiva entrega.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1 A **CONTRATADA** responsabiliza-se pela instalação, qualidade, eficiência e perfeito funcionamento do produto vendido, garantindo-o pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/MATERIAL NO PERÍODO DA GARANTIA

10.1 A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o objeto deste Contrato com garantia total contra qualquer defeito, ou falha em operação normal, pelo prazo e condições previstas na Proposta, a contar do recebimento definitivo.

10.2 Durante o prazo de vigência da garantia, quando necessário, a **CONTRATADA** deverá prestar assistência técnica.

10.3 Todas as despesas havidas no período de garantia, decorrentes da assistência técnica e, se necessário, da substituição de peças, transporte, mão de obra, etc., correrão por conta da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** quaisquer ônus.

10.4. Quando o defeito tenha sido comprovadamente originado por mau uso, imperícia ou negligência do usuário ou em consequência de caso fortuito ou de força maior, mediante parecer técnico assinado, de comum acordo, por representante da **CONTRATADA** e do **CONTRATANTE**, o **CONTRATANTE** ficará responsável pelo custo do saneamento do defeito verificado, podendo, em havendo respaldo legal a ser verificado à época do fato, contatar diretamente a própria empresa fornecedora dos equipamentos/materiais para a realização do serviço de manutenção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O fornecimento e execução do objeto do presente Contrato terão acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de representantes do **CONTRATANTE**, devidamente credenciados pelo mesmo, com o que anui à **CONTRATADA**, comprometendo-se esta, a prestar toda informação e documentos necessários à fiscalização e avaliação.

11.2 A fiscalização poderá ser exercida a qualquer tempo, respeitando as normas do Edital e do presente Instrumento Contratual, sendo que o exercício deste direito pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades que porventura sejam constatadas, a época da fiscalização ou mesmo posteriormente.

11.3 A fiscalização poderá promover diligências destinadas a apurar a normalidade da utilização dos equipamentos/materiais e sua conformidade com as especificações técnicas constantes do Edital com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

11.4 O **CONTRATANTE** se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues, se em desacordo com o estabelecido no Edital ou no presente Contrato.

11.5 As reuniões realizadas entre representantes credenciados das partes, bem como as ocorrências que possam ter implicações na execução deste Contrato, serão registradas em forma de ata, assinada pelos referidos representantes.

11.6 A **CONTRATADA** deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública

concedente do crédito e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 O presente Contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura e permanecerá vigente até o fim do período de garantia do(s) item(s) fornecido(s).

12.2 A efetiva entrega do(s) item(s) ao **CONTRATANTE** não libera a **CONTRATADA** de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica, estando sujeita, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida, às penalidades previstas no Edital e no presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento, às seguintes multas, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente:

I - Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do Contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória.

II - Multa de 10% (dez) sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, exceto prazo de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, mediante ordem por escrito dirigida à **CONTRATADA**, efetuar modificações dentro do escopo geral do Contrato quanto aos serviços complementares inerentes ao objeto, a serem executados pela **CONTRATADA**.

14.2 Nenhuma variação ou modificação dos termos do Contrato será feita, a não ser através de aditamento contratual celebrado entre as partes.

14.3 A **CONTRATADA** não poderá transferir para outrem, total ou parcialmente, as obrigações decorrentes do presente Contrato, salvo mediante consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

14.4 A **CONTRATADA** deverá notificar, por escrito, o **CONTRATANTE**, a respeito de eventuais subcontratos a serem firmados, caso não tenham sido especificados em sua Proposta, para prévia aprovação.

14.5 O Contrato, assim como todas as correspondências ou documentos relativos ao mesmo, trocados entre as partes, serão redigidos no idioma português e serão interpretados de acordo com as leis em vigor no Brasil.

14.6 Qualquer notificação ou comunicação emitida por uma das partes à outra, a respeito do Contrato, deverá ser enviada por escrito, por e-mail ou carta.

14.7 A Notificação produzirá seus efeitos no momento de sua entrega ou na data nela estipulada, valendo a que ocorrer por último.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, pelo descumprimento de suas disposições, pela inexistência de repasse dos recursos vinculados ao Convênio ou por eventual processo de insolvência, recuperação judicial ou liquidação das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 As partes não poderão ceder ou transferir total ou parcialmente os direitos e deveres

previstos neste Contrato, nem comprometer a título de garantia a terceiros seus créditos ou obrigações, sob pena de rescisão do presente Contrato.

16.2 O presente Contrato obriga não só as partes contratantes, como seus herdeiros ou sucessores legais, convencionais ou eventuais.

16.3 Qualquer tolerância das partes em relação às Cláusulas e condições do presente Instrumento não importará em precedente, aceitação, novação, alteração ou renúncia de direitos, cujos termos continuarão exigíveis a qualquer tempo.

§1º O presente Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância por escrito de ambas às partes, passando então as alterações a fazerem parte integrante do mesmo.

§2º Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo entre as partes, aplicando-se, na hipótese de inexistência de acordo, os dispositivos da Lei Brasileira.

16.4 Este Instrumento traduz as condições estabelecidas pelas partes, não podendo ser emendado, senão por documento escrito, firmado pelas mesmas partes.

§1º Nenhuma alteração, ampliação ou promessa feita por preposto ou outra pessoa, vinculará as partes além dos limites estabelecidos no presente Contrato.

§2º As partes reconhecem que o presente Instrumento foi elaborado de acordo com os princípios da probidade e boa-fé e declaram, ainda, que exerceram de forma plena, suas autonomias de vontade para contratar, firmando o presente Instrumento após terem discutido e refletido amplamente sobre todas as suas disposições.

§3º Caso qualquer Cláusula ou disposição do presente Contrato venha a ser declarada nula, inexistente, ineficaz, ilegal ou inexigível, as demais Cláusulas não serão afetadas pela referida decisão, permanecendo vigentes, a menos que formem parte ou dependam, para viger, da disposição declarada nula, inexistente, ineficaz, ilegal ou inexigível.

16.5 Os representantes legais de ambas as partes, declaram estar legal e formalmente habilitados para assinar este documento, eventuais anexos e termos aditivos e para responder pelas obrigações deles decorrentes.

16.6 Sem prejuízo da aplicação de qualquer Cláusula deste Contrato, ao **CONTRATANTE** é assegurado o direito de regresso contra a **CONTRATADA** e seus sócios na hipótese de aquela sofrer algum prejuízo produzido por esta ou seus prepostos.

16.7 Caso uma das Partes seja demandada administrativa e/ou judicialmente em virtude do descumprimento de Cláusula prevista no presente Contrato, pela outra parte, a parte faltosa se obriga a ressarcir a parte prejudicada pelos custos e despesas por ela incorridos na sua defesa, incluindo honorários advocatícios, além de indenizar a parte prejudicada por perdas e danos e eventuais multas decorrentes da não observância das obrigações mencionadas no Instrumento Contratual.

16.8 As Partes contratantes não responderão pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. A Parte que invocar a força maior deverá comunicar tal fato, por escrito, à outra Parte, no mais curto espaço de tempo possível, alegando as circunstâncias do evento.

16.9 As partes declaram estar em conformidade com toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, principalmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, “LGPD”), mas também – quando aplicáveis – a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016), bem como as demais normas setoriais ou gerais sobre

o tema.

16.10 Os tributos e demais encargos fiscais que sejam devidos em razão do presente Contrato, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte correspondente, conforme definido na legislação tributária em vigor.

16.11 As partes deverão manter os documentos relacionados ao presente Instrumento arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas relacionada ao Convênio mencionado no Edital ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

16.12 Em caráter subsidiário ao Edital que deu origem ao presente Contrato, poderão ser aplicadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista a hipossuficiência técnica do **CONTRATANTE** em relação ao(s) item(s) adquiridos e a evidente relação de consumo existente entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Valença-RJ, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão que possa surgir do presente Contrato, regendo-se pela legislação em vigor os casos não disciplinados pelo presente Instrumento Contratual.

E, por assim estarem justos e contratados, as partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas a seguir assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Valença, 27 de janeiro de 2026.

PEDRO
SCHNEIDER:170874
13805

Assinado de forma digital por
PEDRO
SCHNEIDER:17087413805
Dados: 2026.02.05 16:21:43
-03'00'

CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome: _____

RG: _____

CPF/MF: _____

CONTRATADA

CAROLINA
SINISCALCHI

Assinado de forma
digital por CAROLINA
SINISCALCHI
Dados: 2026.02.05
16:27:12 -03'00'

Nome: _____

RG: _____

CPF/MF: _____

**30ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL****DA****DRÄGER DO BRASIL LTDA.**

NIRE 35.201.037.679
CNPJ/MF nº 61.185.922/0001-05

DRÄGERWERK AG & Co. KGAA, anteriormente denomina DRÄGERWERK AG, sociedade com sede na cidade de Lübeck, República Federal da Alemanha, em Moislinger Allee, 53/55, 23558, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.720.496/0001-91,

e

DRÄGER MEDICAL INTERNATIONAL GMBH, sociedade com sede na cidade de Lübeck, República Federal da Alemanha, em Moislinger Allee, 53/55, D - 23558, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.000.719/0001-01,

ambas neste ato representadas por seu bastante procurador, MARCIO CARNEIRO SPERLING, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 183.715 e no CPF/MF sob o nº 283.170.318-29, com endereço na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, 4.927/4.939, Condomínio Escritório Europa, Torre Vista Jardim, 6º andar, conjuntos 61 a 66, Jardim Paulista, CEP 01407-200, conforme procuração e substabelecimento anexos,

únicas sócias da **DRÄGER DO BRASIL LTDA.**, sociedade com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, no Centro Empresarial Tamboré, na Alameda Pucuruí, 59, CEP 06460-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.185.922/0001-05, com contrato social e última alteração contratual arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob os nºs 158.125 e 382.505/22-0, em sessões de 10.8.1953 e 28.07.2022, respectivamente, NIRE 35.201.037.679 ("Sociedade"),

pele presente instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social, têm entre si justo e contratado o que segue:

1. Alteração da Cláusula VI – ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

1.1. Decidem as sócias, em reunião efetuada na data de 29.06.2023, às 14h00, deliberar sobre: **(i)** a exclusão da alínea "t) para todas as transações bancárias, não poderá o Diretor Presidente seguir com aprovação de forma isolada, devendo, sempre, autorizar em conjunto com outro procurador, com poderes para tanto, Gerente Financeiro ou Diretor Financeiro.", do § 3º da Cláusula VI – ADMINISTRAÇÃO SOCIAL; e **(ii)** alterar a redação do § 1º, da Cláusula VI – ADMINISTRAÇÃO SOCIAL, para identificar os poderes por meio de incisos, fazer constar

o texto "salvo exceções estabelecidas no inciso "iv"", na redação do inciso "i", e incluir a alínea "a)" no inciso iv.

1.2. Em virtude dessa deliberação, passa a vigorar a redação dos §§ 1º e 3º, da Cláusula VI – ADMINISTRAÇÃO SOCIAL, do Contrato Social da Sociedade, da seguinte forma:

"§ 1º

A Sociedade será representada por:

- i. um administrador, assinando singularmente, salvo exceções estabelecidas no inciso "iv";
- ii. dois procuradores em conjunto, de acordo com os poderes a eles outorgados; a extensão dos poderes deverá resultar dos instrumentos públicos de procuração e limitar-se aos negócios necessários ao funcionamento normal da Sociedade, não podendo a duração das procurações ultrapassar um ano;
- iii. procuradores assinando singularmente, quando a procuração a eles outorgada, cujo instrumento deverá ser exibido, referir-se à representação em juízo ou à prática de determinado negócio jurídico, relativo ao funcionamento normal da Sociedade;
- iv. dois procuradores, em conjunto, ou um administrador assinando em conjunto com um procurador, em casos de celebração de contrato de compra e venda, licitações e movimentações bancárias.
 - a) Nos casos de movimentação bancária, quando houver representação do administrador, esta deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da representação de um procurador."

"§ 3

Os seguintes atos e negócios jurídicos somente poderão ser praticados pela administração e após prévia autorização das sócias, que poderá ser dada por escrito, por meio físico ou eletrônico, com simples maioria do capital social:

- a) aquisição, alienação ou oneração de imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- b) construção de prédios bem como reformas substanciais, incluindo itens que comporão o ativo fixo cujo valor exceda, em cada caso, o total de R\$ 6.000.000,00;
- c) celebração e rescisão de contratos de licença e de contratos de transferência de tecnologia com pessoas físicas ou jurídicas que não pertençam ao grupo empresarial Dräger;
- d) aquisição e alienação de direitos relativos à propriedade industrial;

- e) aquisição e alienação de participações em outras Sociedades; compra e venda de ações, ressalvada a compra de ações com recursos provenientes de incentivos fiscais;
- f) abertura e fechamento de filiais;
- g) celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, cujo valor, em cada caso, ultrapassar o correspondente, em reais, a R\$ 4.500.000,00;
- h) prestação de fianças e garantias, excetuando-se a demais empresas do Grupo Dräger;
- i) tomada de empréstimos e créditos bancários bem como a aceitação de obrigações cambiais, em valor total superior ao correspondente, em reais, a R\$ 10.000.000,00;
- j) compra e venda de máquinas e equipamentos do ativo fixo da Sociedade, cujo valor unitário, ultrapassar o correspondente, em reais, a R\$ 500.000,00;
- k) assinatura de propostas comerciais e pedidos de venda de equipamento médico, cujo valor for superior a R\$ 25.000.000,00;
- l) concessão de descontos comerciais em valor superior a R\$ 5.000.000,00;
- m) concessão de crédito a clientes em valor superior a R\$ 5.000.000,00;
- n) introdução e eliminação de um ramo de negócio ou de fabricação, bem como de representações comerciais;
- o) celebração, rescisão ou alteração de contratos com sócios ou administradores e/ou com pessoas físicas (como, por exemplo, parentes ou aparentados) e/ou jurídicas, ligadas aos sócios ou administradores;
- p) celebração e rescisão de contratos de "leasing", cujo valor, em cada caso, ultrapassar o correspondente, em reais, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).";
- q) modificação das relações bancárias, assim entendido como a contratação com instituições financeiras das quais a sociedade não mantenha relacionamento;
- r) celebração de contratos de seguro, excetuados os seguros obrigatórios; e
- s) prática de atos que não estejam expressamente mencionados acima, desde que ultrapassem consideravelmente a esfera do funcionamento normal da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social."

21 07 20

2. Aumento do Capital Social.

2.1. Decidem as sócias, em reunião efetuada na data de 29.06.2023, às 14h00, deliberar sobre o **aumento do Capital Social**, totalmente subscrito e integralizado por investimento de capital da sócia majoritária, **no valor total de R\$ 16.500.000,00 (dezesesseis milhões e quinhentos mil reais)**. Passando, então, o capital social de R\$ 45.920.549,00 (quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e nove reais) para R\$ 62.420.549,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e nove reais).

2.2. Em virtude dessas deliberações, passa a vigorar a redação da Cláusula V – CAPITAL SOCIAL, do Contrato Social da Sociedade, da seguinte forma:

"O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 62.420.549,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e nove reais), dividido em 62.420.549 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e nove) quotas, de R\$ 1,00 (um Real) cada.

Pertencem tais quotas

à sócia **DRÄGERWERK AG & Co. KGaA**

62.420.548 quotas no valor total de

R\$ 62.420.548,00

à sócia **DRÄGER MEDICAL INTERNATIONAL GMBH**

1 quota no valor de

R\$ 1,00

R\$ 62.420.549,00"

3. RETIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

3.1. Todas as demais cláusulas do Contrato Social da Sociedade não expressamente alteradas por este instrumento permanecem válidas e em pleno vigor, passando o Contrato Social da Sociedade, consolidado, a vigorar com a seguinte nova redação:

"CONTRATO SOCIAL DA DRÄGER DO BRASIL LTDA.

I. DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade girará sob a denominação social de **DRÄGER DO BRASIL LTDA.**

21 07 10

II. SEDE SOCIAL

A Sociedade terá sua sede e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, no Centro Empresarial Tamboré, na Alameda Pucuruí, 59, 06460-100, podendo abrir e fechar filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

III. OBJETO SOCIAL

O objeto da Sociedade consistirá na industrialização, comercialização, locação e arrendamento de equipamentos de proteção individual (EPI); de aparelhos, equipamentos e instrumentos de proteção e salvamento; de instrumentos de medição e controle; de aparelhos e equipamentos médicos e ortopédicos; de aparelhos e equipamentos hospitalares e odonto-médico-hospitalares; de unidades de suprimento para áreas críticas de hospitais; de equipamentos para mergulho; de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras; de máquinas, aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos; de equipamento de irradiação, baterias e acumuladores elétricos; de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, industriais e para uso geral; de embarcações e aeronaves; prestação de serviços técnicos relativos aos produtos do seu objeto social, tais com assistência técnica, testes e consultoria técnica, instalação, reparo, manutenção, bem como, treinamento de operadores; atividades profissionais, científicas e técnicas; desenvolvimento, venda e administração de "software" para aparelhos e equipamentos médicos e industriais; promoção de cursos, simpósios, estudos, reuniões, congressos e similares na área da saúde; importação e exportação; administração de bens próprios; participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; representação comercial por conta própria ou de terceiros; e comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

IV. DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

V. CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 62.420.549,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e nove reais), dividido em 62.420.549 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e nove) quotas, de R\$ 1,00 (um Real) cada.

Pertencem tais quotas

à sócia **DRÄGERWERK AG & Co. KGaA**
62.420.548 quotas no valor total de

R\$ 62.420.548,00

à sócia **DRÄGER MEDICAL INTERNATIONAL GMBH**
1 quota no valor de

R\$ 1,00

R\$ 62.420.549,00

Parágrafo único

A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

VI. ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

A administração da Sociedade será exercida por um administrador, residente e domiciliado no país, nomeado e destituído por sócias que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

§ 1º

A Sociedade será representada por:

- i. um administrador, assinando singularmente, salvo exceções estabelecidas no inciso "iv";
- ii. dois procuradores em conjunto, de acordo com os poderes a eles outorgados; a extensão dos poderes deverá resultar dos instrumentos públicos de procuração e limitar-se aos negócios necessários ao funcionamento normal da Sociedade, não podendo a duração das procurações ultrapassar um ano;
- iii. procuradores assinando singularmente, quando a procuração a eles outorgada, cujo instrumento deverá ser exibido, referir-se à representação em juízo ou à prática de determinado negócio jurídico, relativo ao funcionamento normal da Sociedade;
- iv. dois procuradores, em conjunto, ou um administrador assinando em conjunto com um procurador, em casos de celebração de contrato de compra e venda, licitações e movimentações bancárias.
 - a) Nos casos de movimentação bancária, quando houver representação do administrador, esta deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da representação de um procurador.

§ 2º

É vedado usar a denominação social para garantias, avais, fianças e outras obrigações estranhas ao objeto social, ressalvado o previsto no § 3º, letra "h" desta cláusula. Inclui-

se na proibição deste parágrafo a emissão de cheques ao portador, com valor superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 3º

Os seguintes atos e negócios jurídicos somente poderão ser praticados pela administração e após prévia autorização das sócias, que poderá ser dada por escrito, por meio físico ou eletrônico, com simples maioria do capital social:

- a) aquisição, alienação ou oneração de imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- b) construção de prédios bem como reformas substanciais, incluindo itens que comporão o ativo fixo cujo valor exceda, em cada caso, o total de R\$ 6.000.000,00;
- c) celebração e rescisão de contratos de licença e de contratos de transferência de tecnologia com pessoas físicas ou jurídicas que não pertençam ao grupo empresarial Dräger;
- d) aquisição e alienação de direitos relativos à propriedade industrial;
- e) aquisição e alienação de participações em outras Sociedades; compra e venda de ações, ressalvada a compra de ações com recursos provenientes de incentivos fiscais;
- f) abertura e fechamento de filiais;
- g) celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, cujo valor, em cada caso, ultrapassar o correspondente, em reais, a R\$ 4.500.000,00;
- h) prestação de fianças e garantias, excetuando-se a demais empresas do Grupo Dräger;
- i) tomada de empréstimos e créditos bancários bem como a aceitação de obrigações cambiais, em valor total superior ao correspondente, em reais, a R\$ 10.000.000,00;
- j) compra e venda de máquinas e equipamentos do ativo fixo da Sociedade, cujo valor unitário, ultrapassar o correspondente, em reais, a R\$ 500.000,00;
- k) assinatura de propostas comerciais e pedidos de venda de equipamento médico, cujo valor for superior a R\$ 25.000.000,00;
- l) concessão de descontos comerciais em valor superior a R\$ 5.000.000,00;
- m) concessão de crédito a clientes em valor superior a R\$ 5.000.000,00;

- n) introdução e eliminação de um ramo de negócio ou de fabricação;
- o) celebração, rescisão ou alteração de contratos com sócios ou administradores e/ou com pessoas físicas (como, por exemplo, parentes ou aparentados) e/ou jurídicas, ligadas aos sócios ou administradores;
- p) celebração e rescisão de contratos de "leasing", cujo valor, em cada caso, ultrapassar o correspondente, em reais, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- q) modificação das relações bancárias, assim entendido como a contratação com instituições financeiras das quais a sociedade não mantenha relacionamento;
- r) celebração de contratos de seguro, excetuados os seguros obrigatórios; e
- s) prática de atos que não estejam expressamente mencionados acima, desde que ultrapassem consideravelmente a esfera do funcionamento normal da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social;

§ 4º

A administração da Sociedade será exercida, singularmente, pelo Sr. PAULO FERNANDES DA COSTA PINTO, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.910.096-6 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.311.604-28, residente e domiciliado na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Paschoal Bernal, 91, CEP 18087-520, que usará o título de **Diretor Presidente**.

§ 5º

O administrador da Sociedade, Sr. PAULO FERNANDES DA COSTA PINTO, acima qualificado, declara, sob as penas da lei e para os efeitos do disposto no inciso II do artigo 37 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de Novembro de 1994, alterado pelo artigo 4º de Lei Federal nº 10.194, de 14 de Fevereiro de 2001, e no §1º do artigo 1.011 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de condenação criminal a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

§ 6º

As sócias poderão nomear administradores não-sócios, inclusive mediante instrumento próprio, sem necessidade de alteração do contrato social, podendo também destituí-los a qualquer tempo, sem indicação de motivos.

VII. DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Todas as deliberações sociais, ora designadas resoluções de quotistas, serão tomadas ou em reunião das sócias, nos termos do parágrafo 3º desta cláusula, ou por escrito, por meio físico ou eletrônico, por sócias que representam a simples maioria do capital social, cabendo a cada quota um voto.

§ 1º

Ao contrário do disposto no *caput* desta cláusula, dependerão da aprovação de sócias representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social as deliberações das sócias que se refiram à modificação do contrato social, à incorporação, fusão e dissolução da Sociedade, ou à cessação do estado de liquidação.

§ 2º

Dentro dos primeiros quatro meses após o encerramento de um exercício, os sócios deverão tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 3º

A pedido das sócias, as resoluções de quotistas pendentes serão tomadas em reunião das sócias a ser convocada com antecedência de 30 (trinta) dias, para ser realizada na sede da Sociedade. Nas reuniões das sócias, as quotistas poderão ser representadas por procuradores, legalmente constituídos. A convocação será feita por escrito, e especificará a ordem do dia.

VIII. CONSELHO CONSULTIVO

A Sociedade poderá ter um Conselho Consultivo, composto de dois ou mais membros, sócios ou não, domiciliados no país ou no exterior, eleitos por tempo indeterminado, mediante resolução das quotistas.

As funções do Conselho Consultivo serão disciplinadas, detalhadamente, por resolução das quotistas.

Os membros do Conselho Consultivo terão uma remuneração anual, fixada pelas sócias no encerramento do exercício social.

§ 1º

Compete ao Conselho Consultivo fiscalizar e orientar a administração da Sociedade sempre que for solicitada a sua opinião, ou nos casos em que o Conselho Consultivo, no interesse da Sociedade, julgar necessário seu pronunciamento. Para tanto, poderá utilizar-se de especialistas.

O Conselho Consultivo terá o direito de solicitar à administração as informações que julgar necessárias para exercer suas funções.

§ 2º

Os membros do Conselho Consultivo poderão ser destituídos, a qualquer tempo, mediante resolução das quotistas.

IX. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cada uma das sócias terá o direito de ceder e transferir parte ou a totalidade de suas quotas a outros sócios bem como a sociedades coligadas ou a pessoas físicas que participem, direta ou indiretamente, de suas sociedades coligadas. Nas demais hipóteses, a cessão ou transferência de quotas necessitará da autorização escrita de sócios que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo único

Caso uma das sócias pretender alienar ou transferir suas quotas a um terceiro, que não pertence ao círculo de pessoas acima referido, ela será obrigada a oferecê-las total ou parcialmente, aos outros sócios, que terão direito de preferência.

Se os outros sócios não aceitarem tal oferta, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do seu recebimento, através de carta registrada, o sócio terá o direito de alienar ou de outra forma transferir, total ou parcialmente, as respectivas quotas pelo prazo de mais trinta dias. Não será permitida, porém, a transferência das quotas a sociedades concorrentes dos outros sócios ou das suas empresas coligadas.

X. REEMBOLSO DO VALOR DAS QUOTAS

Nas hipóteses de incapacidade, morte, falência, concordata ou saída de uma sócia, a Sociedade não será liquidada, continuando com os sócios remanescentes. Ocorrendo uma das circunstâncias acima mencionadas, os respectivos sócios, ou seus sucessores, serão indenizados pelo valor das quotas, apurado com base num balanço especial, levantado na data da saída do sócio.

A importância assim apurada, compensadas eventuais dívidas do sócio que sai da Sociedade, será paga em doze prestações mensais e consecutivas, cuja primeira vencerá

30 dias após o levantamento do balanço especial, sendo que as demais prestações serão acrescidas de juros de 12% ao ano.

Parágrafo único

Em vez do reembolso, a Sociedade poderá exigir que as quotas sejam cedidas ou aos demais sócios ou a terceiros, a serem designados por ela. Nessa hipótese, deverá ser aplicado o disposto sobre o reembolso, analogamente.

XI. EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano calendário.

Balanço patrimonial, balanço de resultado econômico, inventário e relatório da administração deverão ser levantados pela administração, dentro de 3 (três) meses do encerramento do exercício social, com obediência das prescrições legais aplicáveis. Do resultado do exercício serão deduzidos, nesta ordem, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, e eventuais prejuízos pré-existentes.

§ 1º

Balanço patrimonial, balanço de resultado econômico, inventário, relatório da administração, bem como o relatório eventualmente feito por auditor independente deverão ser encaminhados pela administração a todas as sócias e ao Conselho Consultivo, se houver, até 31 de março de cada ano.

§ 2º

As sócias deliberarão sobre o balanço patrimonial, balanço de resultado econômico e inventário, a destinação do resultado apurado e a aprovação dos atos da administração, com simples maioria do capital social.

§ 3º

As sócias poderão deliberar, com simples maioria do capital social, que, semestralmente ou em intervalos menores, sejam levantados balanços intercalares e distribuídos lucros por conta do lucro neles apurado.

XII. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente contrato social poderá ser alterado, a qualquer tempo, por sócios que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

JUCESP
21.07.23

§ 1º

Fica expressamente determinada a regência supletiva da sociedade pelas normas da sociedade anônima, nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil.

§ 2º

Se determinados dispositivos do presente contrato ou dispositivo contratual futuro, forem nulos, total ou parcialmente, ou perderem posteriormente sua eficácia jurídica, isto não afetará a validade dos demais dispositivos do contrato social. O mesmo se aplica no caso de se verificar a existência de uma lacuna no contrato social. Em lugar do dispositivo nulo ou para preencher a lacuna, aplicar-se-á uma solução adequada que, caso juridicamente possível, deverá aproximar-se economicamente àquilo que as partes contratantes desejaram ou teriam desejado, se tivessem levado em consideração o respectivo assunto.


Os sócios obrigam-se-ão a fixar aquilo que prevalecer nos termos da primeira parte deste parágrafo, através de uma alteração formal nos termos do contrato social.

§ 3º

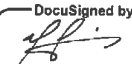
É eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo para a solução de quaisquer divergências resultantes do presente contrato."

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento de alteração e consolidação do contrato social em 3 (três) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Barueri, 29 de junho de 2023.


DocuSigned by:

E82448E7F8B74E2...

DRÄGERWERK AG & Co. KGaA
pp. Marcio Carneiro Sperling

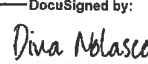
DocuSigned by:

E82448E7F8B74E2...

DRÄGER MEDICAL INTERNATIONAL
GMBH
pp. Marcio Carneiro Sperling

Testemunhas

DocuSigned by:

EABB09855A034BB...

Nome:
RG:
CPF:

DocuSigned by:

5758DC2EF3284B7

Nome:
RG:
CPF:





Certificate Of Completion

Envelope Id: D1806E2F46D04AE0A01440F1D84F5584
Subject: Complete with DocuSign: 30ª ACS - Dräger do Brasil - final.pdf
Source Envelope:
Document Pages: 12
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-08:00) Pacific Time (US & Canada)

Status: Completed

Envelope Originator:
Maria Clara Maganha Sanches
Avenida Nove de Julho
4939 - 6º andar
São Paulo, BR-SP 01407-200
msanches@sperling.adv.br
IP Address: 191.19.228.170

Record Tracking

Status: Original
7/3/2023 7:49:47 AM


Holder: Maria Clara Maganha Sanches
msanches@sperling.adv.br

Location: DocuSign

Signer Events

Anderson Barreto Cardenuto
acardenuto@sperling.adv.br
Técnico Paralegal
Sperling Advogados
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Signature

DocuSigned by:

EABBD09855A034BB...

Signature Adoption: Uploaded Signature Image
Using IP Address: 187.99.109.251

Timestamp

Sent: 7/3/2023 7:50:34 AM
Viewed: 7/3/2023 7:56:36 AM
Signed: 7/3/2023 7:56:51 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Diva Nolasco
dnolasco@sperling.adv.br
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:


5759DC2EF3264B7...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 179.99.12.174

Sent: 7/3/2023 7:50:35 AM
Viewed: 7/3/2023 7:53:31 AM
Signed: 7/3/2023 7:53:41 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Marcio Carneiro Sperling
msperling@sperling.adv.br
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:

E8244BE7F8B74E2...

Signature Adoption: Drawn on Device
Using IP Address: 177.26.252.199
Signed using mobile

Sent: 7/3/2023 7:50:35 AM
Viewed: 7/3/2023 7:57:12 AM
Signed: 7/3/2023 7:57:21 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp



Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events

- Envelope Sent
- Certified Delivered
- Signing Complete
- Completed

Status

- Hashed/Encrypted
- Security Checked
- Security Checked
- Security Checked

Timestamps

- 7/3/2023 7:50:35 AM
- 7/3/2023 7:57:12 AM
- 7/3/2023 7:57:21 AM
- 7/3/2023 7:57:21 AM

Payment Events

Status

Timestamps



1 Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião



Al. Grajaú, 279 - Alphaville - Barueri-SP - Cep: 06454-050 - Tel: 11 4166 7777 - www.tabeliaoodebarueri.com.br - tabeliao@tabeliaoodebarueri.com.br

LIVRO 1472 - PÁGINAS 359/362 - 1º TRASLADO

338633

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ DRAGER DO BRASIL LTDA

SAIBAM quantos este público instrumento virem que aos **trinta e um (31)** dias do mês de **julho (07)** do ano de **dois mil e vinte e cinco (2025)**, da Era Cristã, a Escrevente Autorizada do **1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri/SP**, dirigiu-se em diligência à Avenida Pucurui, nº 59, Tamboré, Barueri/SP, CEP: 06460-100, atendendo a solicitação da **OUTORGANTE DRAGER DO BRASIL LTDA**, CNPJ nº 61.185.922/0001-05, com sede na Avenida Pucurui, nº 59, Tamboré, Barueri/SP, CEP: 06460-100, NIRE nº 35201037679, em sessão de 01/09/1953, com seu ato contratual consolidado levado a efeito através da 30ª Alteração datada de 29/06/2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 287.368/23-3, em sessão de 21/07/2023, o qual acompanhado da Ficha Cadastral Completa expedida pela JUCESP aos **23/07/2025**, ficam arquivadas nestas notas em formato eletrônico vinculadas ao presente ato, e, nos termos da cláusula VI, Parágrafos 1º e 4º do instrumento acima noticiado, **representada** por seu Diretor Presidente, o senhor **PAULO FERNANDES DA COSTA PINTO**, RG nº 279100966-SSP/SP, CPF nº 026.311.604-28, dados extraídos da CNH sob nº 03203043495-SENATRAN/SP, brasileiro, administrador de empresas, casado, com endereço comercial na sede da outorgante, reconhecido e identificado como sendo o próprio de quem trato, do que dou fé. Ademais, o representante legal da outorgante, acima qualificado, declara expressamente que não há quaisquer alterações contratuais posteriores à mencionada acima, bem como encontra-se devidamente empossado em seu cargo, em conformidade com as disposições legais. Então pela outorgante, na sua forma representada me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus **PROCURADORES: (1) DAYANE**

Esse documento foi assinado por LUCIANO TADEU DA COSTA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6





1 Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião



Al. Grajaú, 279 - Alphaville - Barueri-SP - Cep: 06454-050 - Tel: 11 4166 7777 - www.tabeliaoodebarueri.com.br - tabeliao@tabeliaoodebarueri.com.br

ANDREIA DE SOUZA CRUZ, RG n° 415274084-SSP/SP, CPF n° 317.947.208-12, brasileira, psicóloga, casada; **(2) THIAGO NASCIMENTO**, RG n° 38092814-SSP/SP, CPF n° 097.870.247-65, dados extraídos da CNH n° 03026018193-DENATRAN/SP, brasileiro, administrador, casado; **(3) RICARDO WAGNER BURATINI**, RG n° 17996859-SSP/SP, CPF n° 251.043.098-00, dados extraídos da CNH n° 03100106038-SENATRAN/SP, brasileiro, diretor de vendas, casado; **(4) PEDRO SCHNEIDER**, RG n° 18784645-SSP/SP, CPF n° 170.874.138-05, dados extraídos da CNH n° 02538074726-SENATRAN/SP, brasileiro, gerente comercial, divorciado; **(5) AMANDA ROCUMBACK HESSEL**, RG n° 43872550-SSP/SP, CPF n° 312.383.398-40, dados extraídos da CNH n° 02044987579-DENATRAN/SP, brasileira, gerente comercial, casada; **(6) VINICIUS STIVALETTI**, RG n° 24572239-SSP/SP, CPF n° 224.146.938-60, dados extraídos da CNH n° 01215492450-SENATRAN/SP, brasileiro, gerente de operações, casado; **(7) CAROLINA SINISCALCHI**, RG n° 1549862-SSP/ES, CPF n° 089.514.507-32, brasileira, advogada inscrita na OAB/ES n° 12.859, divorciada; e **(8) RODRIGO CAMILO MONTEIRO HERMOGENES**, RG n° 30215896-SSP/SP, CPF n° 214.683.308-45, dados extraídos da CNH n° 01511640249-DETRAN/SP, brasileiro, engenheiro de computação, casado, todos com endereço comercial na sede da outorgante, aos quais confere poderes para, **sempre em conjunto de dois nomeados, independentemente da ordem de sua indicação** e desde que o valor total do negócio jurídico não seja superior a R\$ 18.300.000,00 (dezoito milhões e trezentos mil reais), representar a OUTORGANTE nos atos de gestão ordinária e de sua administração, podendo para esse fim movimentar e liquidar contas bancárias, emitir cheques nominais contra depósitos bancários da OUTORGANTE em todo o Território Nacional, endossar cheques para depósitos em conta corrente da OUTORGANTE em todo o Território Nacional, solicitar saldos e extratos de contas bancárias, requisitar



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

Esse documento foi assinado por LUCIANO TADEU DA COSTA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6





1 Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião



Al. Grajaú, 279 - Alphaville - Barueri-SP - Cep: 06454-050 - Tel: 11 4166 7777 - www.tabeliaoodebarueri.com.br - tabeliao@tabeliaoodebarueri.com.br

talões de cheques, dar instruções sobre títulos autorizando baixas, abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos e entregas de pagamento, emitir e endossar ou caucionar duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e outros, títulos de crédito, assinar os respectivos borderôs; assinar contratos de câmbio e seus respectivos aditivos e averbações, assinar propostas de abertura de crédito de importação, contratos de câmbio pronto; assinar contratos e instrumentos de crédito, empréstimos, arrendamento mercantil, receber e dar quitação, transigir e desistir sobre direitos e obrigações, assinar propostas, transferências e pagamentos por meio de carta, cheques e meios eletrônicos, assinar correspondência da OUTORGANTE para bancos dando instruções sobre títulos e seus eventuais protestos, assinar contratos de qualquer natureza, incluindo também, assinar contratos de crédito, empréstimos, arrendamento mercantil, contratos de câmbio, derivativos, outorgando-lhes ainda poderes da cláusula "ad judicia et extra", para representar a OUTORGANTE, perante qualquer Juízo, Instâncias ou Tribunais em pendências de natureza civil, criminal ou administrativa e respectivas medidas preparatórias, nomear preposto para representar a OUTORGANTE na Justiça do Trabalho, representar a OUTORGANTE perante quaisquer repartições públicas, autarquias federais, estaduais, municipais e companhias de transporte de qualquer natureza, alfândegas, mesas de renda, sociedades de economia mista, assinando tudo quanto for necessário para o desempenho desta procuração, concedendo-lhes também em pendências judiciais ou administrativas os poderes de firmar compromissos, receber e dar quitação e transigir, substabelecer procurações específicas para funcionários ou representantes da DRÄGER DO BRASIL LTDA, para casos de participações em concorrências públicas definidas; poderá ainda representar a OUTORGANTE, perante repartições públicas, retirar editais de concorrências públicas, tomadas de preços, empenhos e outros

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

Esse documento foi assinado por LUCIANO TADEU DA COSTA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6





1 Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião



Al. Grajaú, 279 - Alphaville - Barueri-SP - Cep: 06454-050 - Tel: 11 4166 7777 - www.tabeliaoodebarueri.com.br - tabeliao@tabeliaoodebarueri.com.br

documentos análogos, providenciar o registro da OUTORGANTE junto aos órgãos e empresas supra e propor fornecimentos, representar a OUTORGANTE perante as Carteiras de Comércio Exterior e Câmbio de Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, assinar pedidos de licença de importação, certificados de cobertura cambial e assinar termos de responsabilidade, representar a OUTORGANTE perante órgãos públicos, autarquias e empresas de economia mista e onde mais preciso for para retirar editais de concorrências públicas, análogos, providenciar o registro da OUTORGANTE junto aos órgãos e empresas supra, propor fornecimento, fazer e levantar cauções, assinar contratos de fornecimento, representar a OUTORGANTE perante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos retirando da mesma empresa pública correspondências, encomendas e valores e dar a respectiva quitação, assinar a Guia de Informação e Apuração do I.C.M.S (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), Declaração e Notificação do Imposto sobre Produtos Industrializados, Declaração e Notificação do Imposto de Renda na Fonte, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato. **O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CONTAR DESTA DATA.** Deverão os mandatários ora constituídos, obedecer rigorosamente as cláusulas e limites estabelecidos no Contrato Social da Mandante, de cujo teor têm pleno conhecimento. O nome e qualificação dos Procuradores e demais elementos relativos ao presente mandato, foram fornecidos e conferidos pelo representante legal da Outorgante que se responsabiliza por qualquer equívoco. Assim o disse e dou fé. Pediu-me e eu lhe lavrei a presente, a qual feita e lhe sendo lida, achou-a em tudo conforme, pelo que outorga, aceita e assina. Eu, (a), PÂMELA CAROLINE HOINACKI ANTUNES DE VARGAS, Escrevente, a lavrei. Eu, (a), LUCIANO TADEU DA COSTA, Substituto, conferi, subscrevo, dou fé e assino com as partes. **Barueri/SP,**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

Esse documento foi assinado por LUCIANO TADEU DA COSTA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6





1 Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião



Al. Grajaú, 279 - Alphaville - Barueri-SP - Cep: 06454-050 - Tel: 11 4166 7777 - www.tabeliaoodebarueri.com.br - tabeliao@tabeliaoodebarueri.com.br

31 de julho de 2025. Emolumentos: Ao Tabelião R\$ 376,60 -Ao Estado R\$ 107,04 -À Secretaria da Fazenda R\$ 73,24 -Ao Município R\$ 7,52 -Ao Ministério Público R\$ 18,08 -Ao Fundo do Registro Civil R\$ 19,82 -Ao Tribunal de Justiça R\$ 25,84 -À Santa Casa R\$ 3,76 -
Total R\$ 631,90.- (aa) P/ DRAGER DO BRASIL LTDA - PAULO FERNANDES DA COSTA PINTO.- LUCIANO TADEU DA COSTA - Substituto.- NADA MAIS E DOU FÉ. Porto por fé que este traslado é cópia fiel do ato lavrado nestas notas no **livro 1472, às páginas 359/362**. Traslado emitido em formato eletrônico e assinado digitalmente sob as regras da ICP-Brasil, conforme Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Provimento CNJ 149/2023. Eu, (assinatura digital) LUCIANO TADEU DA COSTA, Substituto, expedi o presente traslado, conferi, dou fé e assino em público e raso. Consulte a validade do ato notarial em www.docautentico.com.br/válida.

Assinado digitalmente por:
LUCIANO TADEU DA COSTA
CPF: 273.752.318-42
Certificado emitido por AC Notarial RFB G4
Data: 06/08/2025 10:39:06 -03:00



1120941PR0000000414632252
1120941TR000000041463325S



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

Esse documento foi assinado por LUCIANO TADEU DA COSTA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ LUCIANO TADEU DA COSTA (CPF 273.752.318-42) em 06/08/2025 10:39

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/RXN64-6BRTB-24HNY-KY5R6>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RIGOROSO GUARANTIA DA FIDELIDADE

0095-0

394C4672

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MAO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
NASCIMENTO 18.784.645-5 2 via DATA DE
EXPIRAÇÃO 27/01/2017

NOME
PEDRO SCHNEIDER

FILIAÇÃO
NELSON SCHNEIDER
FEIGA ROSE SCHNEIDER

NATURALIDADE
S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO
17/08/1974

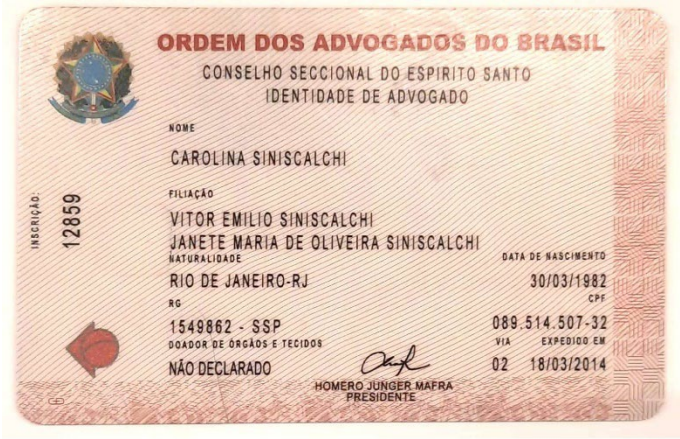
END. CORRESP
SÃO PAULO-SP JARDIM PAULISTA CC:LV.B70 /FLS.219 /Nº01438

CNPJ
170874138/05

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Carlos Eduardo Obara, em quarta-feira, 24 de julho de 2024 16:50:37 GMT-03:00, CNS: 11.880-2 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CS Digitalizado com CamScanner



CS Digitalizado com CamScanner